



O MARANHÃO CONTEMPORÂNEO: crescimento *versus* desenvolvimento

Vívian Aranha Saboia¹
Euler Nicolau Sauaia Filho²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento territorial sustentável maranhense na última década (2000). No âmbito da economia nacional, a temática relativa ao desenvolvimento territorial sustentável tem se tornado cada vez mais pertinente devido, especialmente, ao crescimento econômico, aumento de postos de trabalho gerados no setor formal e de expansão das exportações ocorridos ao longo dos últimos anos no Brasil. Nesse contexto, questionamos se o crescimento brasileiro e maranhense conduziu ao desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Crescimento - Desenvolvimento – Maranhão

Abstract: This study aims to analyze the sustainable territorial development Maranhão in the last decade (2000). As part of the national economy, the issue relating to sustainable territorial development has become increasingly relevant, especially due to economic growth, increase of jobs created in the formal sector and expanding exports occurred over recent years in Brazil. In this context, we question whether the Brazilian and Maranhense growth was led to the development of the state of Maranhão.

Keywords: Growth - Development – Maranhão

¹ Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). viviansaboia@hotmail.com

² Estudante de Pós-Graduação. Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). euler_sauaia@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Territorial compreende a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento regional sustentável baseado, também, na participação da sociedade civil. Em geral, possui por objetivo promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento dos territórios urbanos e rurais e o fortalecimento e a dinamização da economia, da geração de trabalho e renda no campo e nas aglomerações urbanas (DALLABRIDA, 2011).

O Desenvolvimento Territorial se apoia, fundamentalmente, na formação de uma rede de atores públicos, privados e sociedade civil trabalhando, de forma articulada, para a valorização de atributos de uma determinada região. Implica, igualmente, na distribuição da riqueza produzida, favorecendo o aumento do bem estar.

No contexto brasileiro, o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, os grupos sociais e as instituições que podem ser mobilizadas para estabelecer iniciativas bem sucedidas e voltadas para o desenvolvimento (ORTEGA e ALMEIDA FILHO, 2007).

No âmbito da economia nacional, a temática relativa ao desenvolvimento territorial sustentável tem se tornado cada vez mais pertinente devido, especialmente, ao crescimento econômico, aumento de postos de trabalho gerados no setor formal e de expansão das exportações ocorridos ao longo dos últimos anos no Brasil.

Nesse contexto, dentre os Estados brasileiros com maior taxa de crescimento, o Maranhão se destacou ao longo da última década em função de sua dinâmica econômica. Todavia, por se tratar do segundo Estado brasileiro com menor renda per capita do país, isso nos conduz a analisar de maneira crítica e reflexiva como esse crescimento ocorreu e em que medida ele conduziu ao desenvolvimento territorial maranhense na última década.

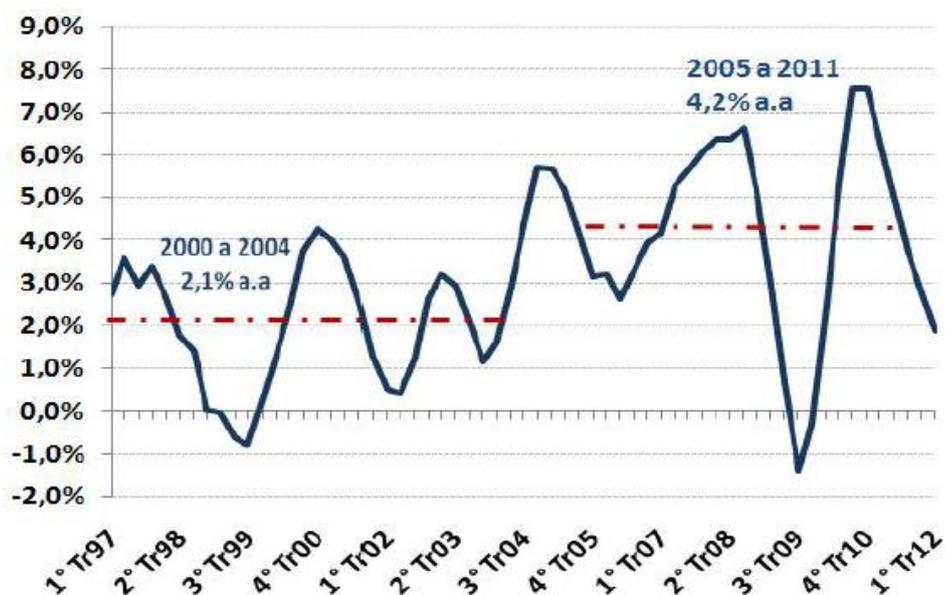
Para tanto, recorreremos a um levantamento bibliográfico assim como de dados estatísticos secundários obtidos mediante consulta a sites oficiais tais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) e o MTE (Ministério do Trabalho).

2. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E MARANHENSE

A década de 2000 se revelou um marco na história da economia mundial. A crise financeira que se iniciou nos Estados Unidos em 2008 e se alastrou nos diversos

continentes do globo afetou a economia brasileira de forma mais amena quando comparamos com países europeus e asiáticos. Vale notar que países europeus, como França, Espanha, Portugal e Itália, viveram, após 2008, anos de “crescimento negativo”, termo empregado particularmente pelos jornais e meios de comunicação franceses visando evitar o tão temido termo “recessão” (CHESNAIS, 2011; BOYER, 2011; HUSSON, 2008). No que se refere ao Brasil percebe-se que na primeira metade dos anos 2000 o produto interno bruto do país cresceu 2,1% a.a. Na segunda metade, isto é, entre 2005 e 2011, a taxa de crescimento anual dobrou atingindo 4,2%.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB Trimestral Brasil – (em % a.a.)



Fonte: IBGE

As altas taxas de crescimento econômico repercutiram diretamente na geração de trabalho e renda, reduzindo as taxas de desemprego aberto de 12 pontos percentuais em maio de 2002 para 5 no final de 2011. Paralelamente, favoreceram a elevação da massa salarial em cerca de 43% entre 2003 e 2012 conforme mostram os gráficos 2 e 3 a seguir.

Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Desemprego Aberto no Brasil

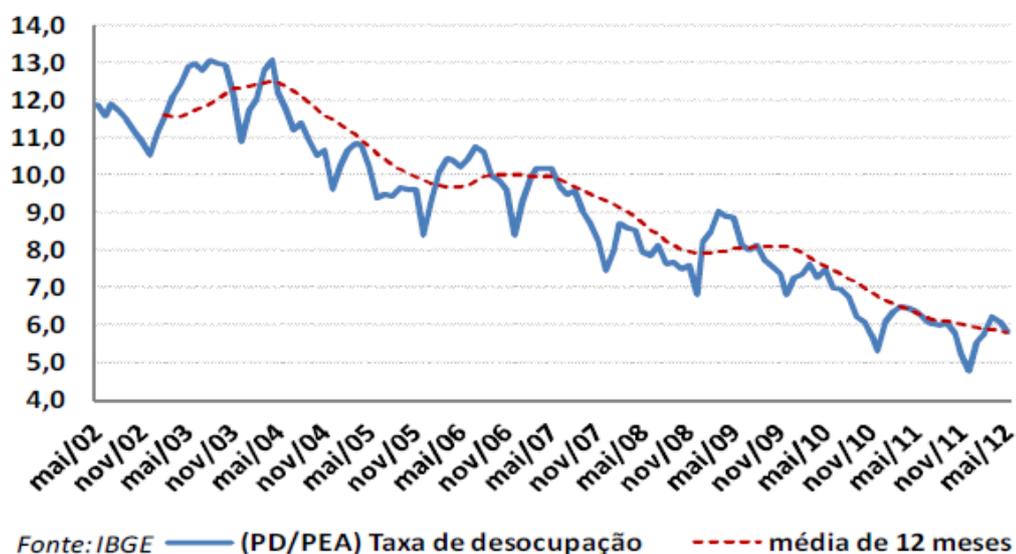
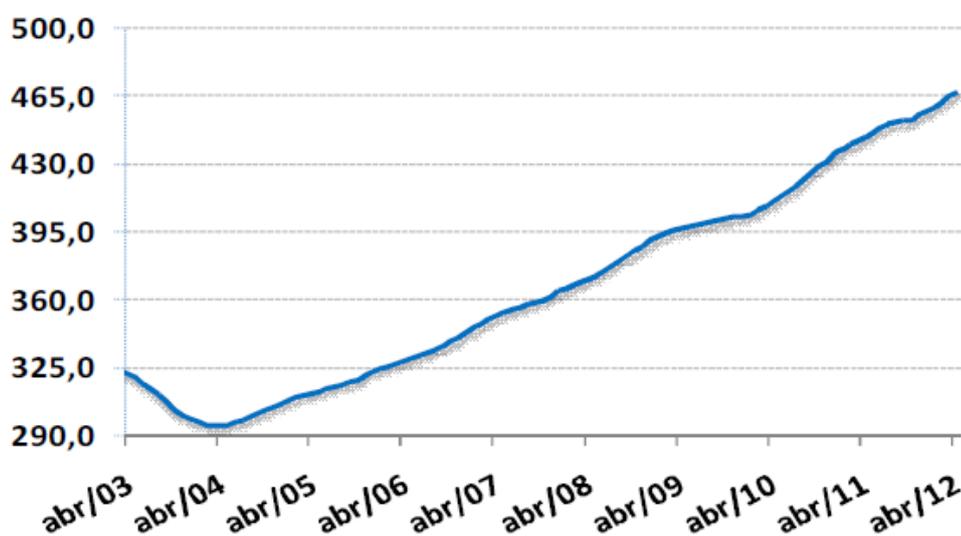


Gráfico 3 - Massa de Rendimentos da População Ocupada nas Principais Regiões Metropolitanas - 2003 a 2012



Fonte: IBGE

No contexto brasileiro, a região que compreende o Estado do Maranhão, região nordeste do país, ocupa um local de destaque tendo em vista as importantes transformações ocorridas como resultado da implantação de grandes investimentos. Dentre eles destacamos as Termoelétricas MPX, Porto do Itaqui, Miranda do Norte, a Hidrelétrica de Estreito, a Refinaria Premium da Petrobras, a ampliação da Alumar, a instalação da Suzano Papel e Celulose, os investimentos no setor imobiliário – devido a chegada de



grandes construtoras como a Cyrela e a Gafysa –, os investimentos públicos realizados com recursos do PAC e aqueles feitos com recursos de organismos nacionais (BNDES) e internacionais (BIRD, BID).

Além disso, ressalta-se o aumento das exportações de commodities com destaque para aquelas advindas do leste e do sul do Maranhão. Trata-se, especialmente, da soja cujo plantio se iniciou na década de 1970 e que, atualmente, responde, em conjunto com a cana de açúcar e a pecuária, por 17% do PIB do Estado (IMESC, 2010). Esse panorama conduziu ao aumento do PIB maranhense a taxas superiores à taxa nordestina assim como à taxa brasileira conforme indica a tabela 1 que segue.

Tabela 1 - Variação real anual do PIB, Brasil, Nordeste e Maranhão, 2006-2010

Abrangência Geográfica	Variação real anual (%)				
	2006 / 2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009
Brasil	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53
Nordeste	4,75	4,85	5,54	0,95	7,19
Maranhão	4,98	9,10	4,37	-1,73	8,73

Fonte: IBGE, IMESC

Em termos percentuais, isso corresponde a uma variação positiva para o Maranhão superior a variação atingida pela região Nordeste do país e, inclusive, superior a variação apresentada em nível nacional.

Embora o crescimento brasileiro e maranhense seja significativo, o volume atingido pelo Maranhão ainda é relativamente baixo quando comparado aos demais estados brasileiros. Com efeito, o PIB do Maranhão representou somente 1,2% do PIB nacional em 2009, ficando na 16ª posição no ranking dos estados com maior PIB (IBGE)³.

³ Dados do IBGE para 2009 confirmam que o PIB de São Paulo representa 33% do PIB nacional, o do Rio 11%, o de Minas Gerais 9,0% e o maior do Nordeste é o de Pernambuco com 2,4%.



Além disso, após o ano de 2008, a crise econômica vivenciada pela zona euro e a redução do crescimento das economias chinesa e estadunidense – conforme indicam os dados da tabela 2 - têm conduzido à retração das exportações brasileiras e, inclusive, das exportações de commodities maranhenses.

Com efeito, o Maranhão é bastante vulnerável às crises externas tendo em vista que sua economia é comandada pela demanda internacional de commodities agrícolas (soja) e minerais (minério de ferro e alumínio) que representam mais de 90% da pauta de exportações do Estado.

Tabela 2 - Previsões do FMI para a Taxa de Crescimento Anual do PIB das principais Economias – Jul/2012

PIB	2010	2011	2012 (projeção)	2013 (projeção)
Mundial	5,3	3,9	3,5	3,9
Estados Unidos	3,0	1,7	2,0	2,3
Alemanha	3,6	3,1	1,0	1,4
França	1,7	1,7	0,3	0,8
Itália	1,8	0,4	-1,9	-0,3
China	10,4	9,2	8,0	8,5
Brasil	7,5	2,7	2,5	4,6

Fonte: FMI - *World Economic Outlook*, 2011.

De maneira direta, isso repercute nos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do Estado como um todo que, atualmente, gira em torno de 0,64 (IMESC).

Este é um reflexo direto do crescimento econômico sem distribuição, concentrando a apropriação da riqueza produzida sem, portanto, conduzir ao desenvolvimento desejado. O IDH maranhense, considerado médio pelas Nações Unidas⁴, reflete a péssima distribuição de renda e as condições precárias de educação e saúde enfrentadas pela população residente no Estado. Os indicadores socioeconômicos do Maranhão para 2010 publicados no site DATASUS mostram que 20,4% da população com 15 anos ou mais de idade não era alfabetizada. Com efeito, no documento Relatório de Situação do Maranhão 2009 do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Ministério da Saúde) o Maranhão apresenta uma

⁴ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divide o IDH em quatro: muito alto, alto, médio e baixo.



a taxa de mortalidade infantil 30,1 óbitos por mil nascidos vivos. Este índice é superior ao do Brasil e ao da Região Nordeste que foram, respectivamente, 20,0 e 28,7 óbitos por mil nascidos vivos. A OMS apresenta como meta até 2015 taxas inferiores a 15,7. Os casos de Leishmaniose Visceral (LV) correspondem a 28% dos casos registrados na Região Nordeste e 14% no país e os casos de Leishmaniose Tegumentar (LTA) correspondem a 37% dos casos notificados na Região Nordeste e 11% no país. O Maranhão é o estado com maior registro de casos de LV e terceiro em LTA. Da mesma forma, se apresentam altos índices de mortalidade materna 91,35 para cada 100.000 nascidos vivos.

No tocante à distribuição de renda, o Maranhão apresenta um coeficiente de Gini⁵ de 0,62. Isto significa que, entre 1991 e 2007, o índice de Gini cresceu 2,6% no Maranhão (www.ibge.gov.br, acessado em 05/03/2013). Isto indica o aumento da desigualdade no Estado. Entretanto, devemos enfatizar que as desigualdades sociais persistentes no Maranhão possuem origens históricas. Para compreender sua persistência torna-se necessário realizar um resgate dos principais marcos da política econômica brasileira localizando, em cada momento, o relativo papel do Maranhão enquanto ator e sujeito. No que se refere ao último século e início deste, ressaltamos, para o Brasil de uma maneira geral, quatro fases bem definidas e importantes.

- Anos 1930 a 1980

Trata-se de um período de elevada concentração de esforços públicos e privados na viabilização de uma opção industrial ainda incipiente e tímida (Plano de Bases e Metas, I, II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento, SUDAM e SUDENE). Sendo, os dois últimos, exemplos de políticas de Estado visando o desenvolvimento territorial do Norte e Nordeste (Maranhão) e a “consequente” redução da pobreza e das desigualdades sociais. Período de desenvolvimento do parque industrial concentrado na região sul e suldeste. Se tratou de uma matriz tecnológica poupadora de força de trabalho.

- Década de 1980

Marcada pela estagnação, pela inflação e pelo esgotamento do modelo iniciado nos anos 30. Esta década foi caracterizada por um crescimento econômico insuficiente (“Década perdida” no Brasil), pela manutenção da desigualdade (coeficiente de Gini mantido em torno de 0,6) e pela urbanização acelerada.

⁵ O coeficiente de Gini é frequentemente usado para medir a desigualdade na distribuição de renda. Ele varia entre 0 e 1 sendo mais próximo da desigualdade aquela nação ou região com coeficiente que se aproxima de 1 e, inversamente, mais próximo da igualdade aquela que se aproxima de 0.



No Maranhão, destacamos o impulso dado à indústria extrativa mineral através da instalação do Projeto Grande Carajás na capital do Maranhão. Dentre outros efeitos perversos, como a degradação ambiental intensa, este colaborou para o aumento do êxodo rural com a falsa promessa de emprego em São Luís, capital do Estado.

- Década de 1990

Trata-se de uma década de mudanças, especialmente no tocante à abertura econômica do Brasil seduzido pelo discurso ideológico e midiático da globalização. Esta abertura precoce causou diversos impactos incluindo a falência de parte da indústria nacional – que não estava preparada para fazer face à concorrência internacional –, a elevação do desemprego (como resultado também da política monetária e fiscal), o crescimento econômico insuficiente, a redução da qualidade dos postos de trabalho no mercado nacional via desregulamentação do mercado de trabalho, etc.

- Década de 2000

Elevação das taxas de crescimento econômico resultante de diversos fatores que incluem a fuga de capital financeiro produtivo (mas também especulativo) dos Estados Unidos e Europa assim como a intervenção estatal brasileira na economia. Elevação das ações compensatórias e programas governamentais de transferência de renda. Aumento do crédito bancário para aquisição de imóveis, repercutindo inclusive no mercado imobiliário maranhense, e de crédito para favorecer o investimento e o consumo interno (redução de impostos como o imposto sobre produtos industrializados). Instalação de grandes obras e investimentos privados no Maranhão como um todo favorecendo a descentralização do processo de industrialização, ainda incipiente, no Maranhão.

3. CONCLUSÃO

O exposto nos conduz a reafirmar que o desenvolvimento territorial não pressupõe, de maneira exclusiva, o crescimento econômico. Ele envolve esforços no sentido de distribuição da riqueza gerada nacional e regionalmente. Tais esforços ainda se manifestam longe de se tornar realidade no Maranhão onde os índices de desigualdade, paralelamente aos de crescimento econômico, têm aumentado. Em geral, podemos afirmar que os desequilíbrios regionais e a desigualdade social que pode em decorrência disso se acentuar só possuem solução enquanto política de Estado Nacional (via políticas públicas ativas). Esta, por sua vez, se apresenta pouco presente em resposta à pressão social advinda das lutas dos movimentos sociais locais pouco representativos.



4. BIBLIOGRAFIA

- BOYER, Robert. **Les financiers détruiront-ils le capitalisme?** Paris, Economica, 2011.
- CHESNAIS, François. **La mondialisation du capital**, Paris, Syros, 1997.
- _____. **Les dettes illégitimes. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques.** Paris, Raisons d’agir, 2011.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial e desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Garamond, 2011.
- HUSSON, Michel. **Pur capitalisme.** Paris, Page deux, 2008.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** www.ibge.gov.br.
- IMESC, **Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.** www.imesc.ma.gov.br.
- MTE, **Ministério do Trabalho e Emprego,** www.trabalho.gov.br.
- ORTEGA, Antonio Cezar e ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento territorial,** Alínea, São Paulo, 2007.
- Ministério da Saúde, **Relatório de Situação do Maranhão 2009,** Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. WWW.datasus.gov.br.